



JUCESP PROTOCOLO
582438/03-2

COLEGIADA

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE
DEBÊNTURES DATADA DE 05 DE SETEMBRO DE 2003**

REDFACTOR FACTORING E FOMENTO COMERCIAL S/A

CNPJ/MF 67.915.785/0001-01



Pelo presente instrumento particular:

REDFACTOR FACTORING E FOMENTO COMERCIAL S/A, sociedade anônima brasileira, com sede na Avenida Cidade Jardim, n.º 400 – 14.º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 67.915.785/0001-01 e com seus Estatutos Sociais arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE n.º 35.300.170.610, neste ato devidamente representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de emissora (“Emissora”), e

SLW – CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA., instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 717, 6.º e 10.º andares, São Paulo, SP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o n.º 50.657.675/0001-86, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante simplesmente denominada “AGENTE FIDUCIÁRIO”), representando a comunhão dos debenturistas (os “Debenturistas”) adquirentes das Debêntures objeto desta Escritura,

resolvem firmar o presente instrumento de escritura (“Escritura”), determinando os termos e condições que regerão a emissão pública de 4.000 (quatro mil) debêntures simples e com garantia flutuante da Emissora (“Debêntures” e individualmente “Debênture”).

I. Da Autorização

- 1.1. Esta Escritura é celebrada com base em deliberação da Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas da Emissora realizada em 04 de setembro de 2003, cuja ata será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo e publicada no Jornal O Dia e no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

II. Do Registro da Escritura

- 2.1. A Escritura será registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, onde se localiza a sede da Emissora, nos termos do inciso II, do Artigo 62, da Lei nº 6.404/76.

III. Da Utilização dos Recursos pela Emissora

- 3.1. As quantias líquidas provenientes da emissão das Debêntures terão a destinação que vier a ser deliberada pela Diretoria da Emissora.

Velloza, Giroto e Lindenbojm
Advogados Associados

lu

1

IV. Das Características das Debêntures:

- 4.1. *Data da Emissão:* Para todos os efeitos legais, inclusive para a determinação do preço de subscrição, a data de emissão das Debêntures é a data 17 de novembro de 2003 ("Data de Emissão").
- 4.2. *Valor Nominal Global da Emissão:* O valor nominal global da presente emissão é de R\$ 4.000.000,00 (Quatro milhões de reais), na Data da Emissão.
- 4.3. *Divisão em Séries:* As Debêntures serão emitidas em série única ("Série"), composta por 4.000 (quatro mil) Debêntures.
- 4.4. *Quantidade de Títulos:* Serão emitidas, ao todo, 4.000 (quatro mil) Debêntures, sendo a totalidade pertencente à série única da Emissão.
- 4.5. *Data de Vencimento:* As Debêntures terão seu vencimento em 17 de maio de 2005 ("Data de Vencimento"), podendo este prazo ser prorrogado mediante deliberação da Emissora, desde que aprovado pela maioria dos debenturistas.
- 4.6. *Valor Nominal:* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (Um mil reais) na Data de Emissão.
- 4.7. *Ágio:* conforme Justificativa a ser aprovada em Assembléia Geral Extraordinária da Emissora, ao Valor Nominal previsto no item 4.6. poderá ser acrescido montante de ágio, por Debênture, conforme ficar definido em processo de *bookbuilding*, conduzido a partir de um referencial de mercado definido pela Emissora e pela instituição distribuidora, Santos Corretora de Câmbio e Valores S.A. ("Distribuidora"), de forma a adequar a remuneração dos títulos às condições de mercado da época da colocação.
- 4.8. *Tipo, Espécie, Forma:* As Debêntures serão do tipo simples e da espécie flutuante, conforme o artigo 58, § 4º da Lei n.º 6.404/76. Serão emitidas sob a forma nominativa e não serão conversíveis em ações da Emissora.
- 4.9. *Integralização:* As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional ou por meio de créditos que os subscritores da presente emissão detenham contra a Emissora no ato da subscrição ("Data de Integralização"), pelo valor nominal unitário, indicado em 4.6., acrescido de Ágio, o qual será definido conforme previsto no item 4.7. ("Preço de Subscrição").

Velloza, Giroto e Lindenbojm
Advogados Associados

4.10. Remuneração: As Debêntures da presente emissão serão remuneradas da seguinte forma:

- a) *Participação nos lucros*: será conferida participação nos lucros à razão de 70% (Setenta por cento), percentual este que será sempre calculado sobre o lucro apurado mensalmente em balanços e balancetes elaborados conforme a legislação comercial. A participação nos lucros aqui prevista será provisionada mensalmente a partir de 01/11/2003 e paga semestralmente nas seguintes datas: 17/05/2004, 17/11/2004 e 17/05/2005.
- b) *Juros remuneratórios*: as debêntures renderão juros prefixados, correspondentes a 22% a.a. (Vinte e dois por cento ao ano), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o valor nominal da debênture, a partir da data de emissão e pagos ao final de cada Período Semestral a contar da data de emissão, calculados em regime de capitalização composta, de forma *pro rata temporis*. Define-se Período Semestral como intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período Semestral, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos Semestrais, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período Semestral sucede o anterior sem solução de continuidade. Os juros serão devidos em 17/05/2004, 17/11/2004 e 17/05/2005.

O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{Vne \times [Fator Juros - 1]\}$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período Semestral, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = valor nominal da debênture no início do Período Semestral, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme a seguinte equação:

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

Velloza, Girotto e Lindenbojm
Advogados Associados

onde:

taxa = 22,0000%

DP = É o número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.11. *Liquidação das Remunerações:* a liquidação será feita junto ao SND (Sistema Nacional de Debêntures - ANDIMA)

4.12. *Amortização:* As Debêntures poderão ser amortizadas antecipadamente, a qualquer momento, mediante proposta da Emissora, devidamente aprovada pela totalidade dos debenturistas em Assembléia Extraordinária de Debenturistas, na forma indicada no item VI abaixo.

4.13. *Agente Fiduciário:* Fica indicado como agente fiduciário para a presente Emissão Pública de Debêntures, nos termos da Instrução CVM nº 28/83, SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.

V – Do Agente Fiduciário

5.1. *Nomeação:* Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário desta Emissão SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA. acima qualificada, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

5.2. Declarações:

5.2.1. *Do Agente Fiduciário:* O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara:

a) Sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei n.º 6.404/76, e o artigo 9º e 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;

b) Aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;

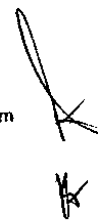
c) Aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;



Vellozo, Grotto e Lindenbojm
Advogados Associados

m

4



d) Estar ciente dos termos da Circular n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990 do Banco Central do Brasil.

5.2.2. Da Emissão: A Emissora também declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

5.3. *Substituição*: Na hipótese de substituição do Agente Fiduciário serão observadas as seguintes disposições:

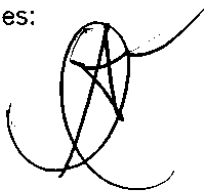
- a) Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, morte ou qualquer outro caso de vacância, a Emissora e os Debenturistas, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, decidirão sobre a escolha do novo agente fiduciário.
- b) Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.
- c) É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de subscrição das debêntures, proceder justificadamente à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto.
- d) A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser averbado na Junta Comercial do Estado de São Paulo no qual será registrada a presente Escritura de Emissão;
- e) Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o agente fiduciário substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto como forma de remuneração aos serviços a serem por ele prestados;
- f) O valor mencionado acima, a ser pago em caso de substituição do Agente Fiduciário, será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do IGP-M, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas, a partir da Data de Emissão;

Velloza, Giroto e Lindenbojm
Advogados Associados

- g) O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

5.4. *Deveres:* Além dos outros previstos em lei e ao longo desta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a) Proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) Renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) Conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) Verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) Promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditivos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) Acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) Emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h) Solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede da Emissora;
- i) Elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei n.º 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:



Velloza, Giroto & Lindenbojm
Advogados Associados



6

i.1) Eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

i.2) Alterações estatutárias ocorridas no período;

i.3) Comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;

i.4) Resgate e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

i.5) Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

i.6) Relação dos bens e valores entregues à sua administração;

i.7) Cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento;

i.8) Declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário.

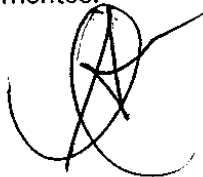
j) Colocar o relatório de que trata o inciso "i" à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

j.1) na sede da Emissora;

j.2) no seu escritório ou, quando Instituição Financeira, no local por ela indicado;

l) Fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Penhor, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer.

m) Notificar os Debenturistas, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos;



Velloza, Girollo e Lindenbojm
Advogados Associados



7



n) Comparecer a todas as Assembléias de Debenturistas e nelas prestar todos os esclarecimentos necessários à formação da vontade dos Debenturistas.

5.5. *Atribuições Específicas:* O Agente Fiduciário deverá usar toda e qualquer ação, e quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

a) Declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

b) Requerer a falência da Emissora;

c) Tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;

d) Representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

5.5.1. *Isenção de Responsabilidade:* O Agente Fiduciário eximir-se-á da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas a), b) e c) do *caput* deste item somente no caso de ter deixado de agir por determinação da Assembléia de Debenturistas.

5.6. *Remuneração:* Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

a) Parcelas semestrais antecipadas no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), sendo a primeira devida no quinto dia útil após a Data de Emissão e as demais a cada semestre;

b) A remuneração acima será devida até o cancelamento das Debêntures e mesmo após o vencimento das mesmas, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;

c) As parcelas referidas acima serão atualizadas pela variação acumulada do IGP-M, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas, a partir da data de vencimento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro rata die*, se necessário;



Vellozo, Giroto e Lindenbojm
Advogados Associados



8



d) As remunerações não incluem as despesas razoavelmente incorridas pelo ~~Agente Fiduciário~~ conforme o disposto na cláusula 5.7 abaixo;

e) Em caso de mora da Emissora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão sujeitos a (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre o valor vencido e não pago, e (ii) multa de 10% (dez por cento) apurada sobre o valor vencido e não pago, acrescido dos juros especificados no item (i) supra, a contar da data do respectivo inadimplemento até a data (a) do efetivo pagamento dos valores devidos ou (b) da conversão das Debêntures em ações da Emissora, o que ocorrer primeiro.

5.7. Despesas:

a) A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que ele tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, observadas as disposições abaixo:

b) O ressarcimento, a que se refere este item, será efetuado no prazo de 5 (cinco) dias após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora;

c) As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

c.1) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

c.2) extração de certidões;

c.3) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;

c.4) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas;

c.5) O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora

Vellozo, Girotto & Lindenbojm
Advogados Associados

9

estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá o tratamento previsto na Cláusula 9.6 (e).

c.5.1) No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos razoáveis com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas, e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar a garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

VI. Da Assembléia Geral dos Debenturistas

6.1. Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia única dos debenturistas para deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

6.2. A assembléia será convocada, em primeira convocação, com 15 (quinze) dias de antecedência, no mínimo, e, em segunda convocação, com 8 (oito) dias de antecedência, no mínimo, (i) pela Emissora; (ii) por Debenturistas que detenham, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação; (iii) pelo agente fiduciário, ou, ainda, pela Comissão de Valores Mobiliários. A assembléia instalar-se-á em primeira convocação com presença de debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de todas as Debêntures e, em segunda convocação, com qualquer número de debenturistas.

6.3. A Presidência da assembléia caberá ao Debenturista eleito pelos demais Debenturistas presentes à assembléia.



Vellozo, Giroto e Lindenbojm
Advogados Associados



10



6.4. Nas deliberações da Assembleia dos Debenturistas, cada Debênture dará direito a um voto.

6.5. Salvo disposição expressa em contrário prevista nesta Escritura, as matérias a serem submetidas à apreciação dos Debenturistas reunidos em assembleia, incluindo quaisquer modificações e/ou aditamentos aos termos e condições desta Escritura deverão ser aprovadas pelos votos favoráveis dos titulares da maioria absoluta de todas as Debêntures.

VII. Das Obrigações adicionais da Emissora

7.1. Sem prejuízo das demais obrigações, compromissos e encargos assumidos pela Emissora nos termos desta Escritura e/ou decorrentes da lei, a Emissora também se obriga a:

a) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

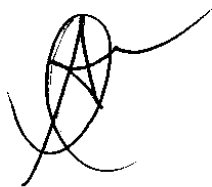
b) proceder à adequada publicidade dos dados econômicos financeiros resultantes de atos de sua gestão, nos termos da Lei 6.404/76, promovendo a publicação de suas demonstrações financeiras, que deverão conter, ao menos, os seguintes documentos:

- a) Balanço Patrimonial;
- b) demonstração de lucros e prejuízos acumulados;
- c) demonstração do resultado do exercício;
- d) demonstração das origens e aplicações de recursos.

c) complementar a publicação dos documentos referidos no inciso (ii) acima com notas explicativas, quadros analíticos e/ou demonstrações contábeis necessárias ou legalmente exigíveis para o esclarecimento da situação patrimonial e do resultado do exercício da Emissora;

d) convocar, nos termos do item 5.1. desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão caso o AGENTE FIDUCIÁRIO não o faça;

e) elaborar e encaminhar aos Debenturistas, trimestralmente a contar da Data de Emissão, os seguintes documentos, relativos ao respectivo período de 3 (três) meses: (a) Balancete Patrimonial da Emissora; (b) demonstração de lucros e prejuízos acumulados; e (c) demonstrarão do resultado do período.



Velloza, Girollo e Lindenbojm
Advogados Associados



11



f) estruturar e manter em adequado funcionamento órgão de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;

g) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

h) comunicar ao AGENTE FIDUCIÁRIO qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos, conforme previsto no item 3.1. acima, indicando as providências que julgar adequadas;

7.2. A EMISSORA obriga-se adicionalmente a:

(i) fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

(a) quando solicitado, após o término de cada exercício social, e respeitados os prazos legalmente estabelecidos, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, em no máximo 15 (quinze) dias corridos da respectiva solicitação;

(b) quando solicitado, após o término de cada trimestre, e respeitados os prazos legalmente estabelecidos, cópia de suas demonstrações financeiras trimestrais, em no máximo 15 (quinze) dias corridos da respectiva solicitação;

(c) quando solicitado, cópias das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM 202 de 6/12/1993, respeitados os prazos legalmente estabelecidos, bem como cópia de qualquer outra demonstração financeira, documento ou relatório arquivado junto à CVM, em no máximo 15 (quinze) dias corridos da solicitação;

(d) com a maior brevidade possível, e desde que solicitado de forma fundamentada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, qualquer informação relacionada diretamente com a presente Emissão; e

VIII. Das Notificações

8.1. Todas as comunicações para a Emissora e para o Agente Fiduciário devem ser feitas por escrito e enviadas para o seguinte endereço:



Velloza, Girão e Lindenbojm
Advogados Associados



12

REDFACTOR FACTORING E FOMENTO COMERCIAL S/A,
Avenida Cidade Jardim, n.º 400 - 14.º andar
CEP: 01454-000 - São Paulo - S.P.
At.: Sr. Adrião Genis Cherman - Fax: (11) 3038-5899

SLW - CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.
R. Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º e 10º andares
04530-001 São Paulo, SP
At.: Felipe Coimbra Alois Andre
Telefone: (11) 3048-9830
Fac-símile: (11) 3048-9888

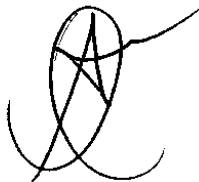
8.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedidos pelos correios, ou por telegrama, enviados para o endereço acima. Os originais dos documentos enviados por fax ou e-mail deverão ser encaminhados para os endereços acima até 02 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

IX. Da Renúncia

9.1. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como renúncia.

X. Do Foro

10.1. Fica eleito o Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiados que seja.



Velloza, Girotto e Lindenbojra
Advogados Associados

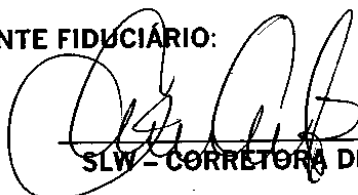
A Emissora e o Agente Fiduciário, obrigando-se por si e por seus sucessores, assinam a presente Escritura em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

EMISSIONA:


São Paulo, 05 de setembro de 2003

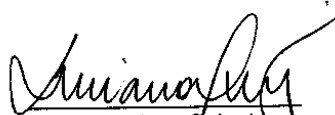
REDFACTOR FACTORING E FOMENTO COMERCIAL S/A
p. Cláudio André Halaban

AGENTE FIDUCIÁRIO:

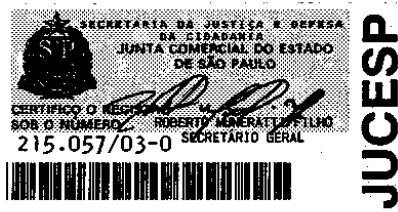

Kenji Fujimura
SLW - CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.

TESTEMUNHAS:


Nome: Luís Heleno M. Martins
RG: 19.645.764-6 SSP/SP
CPF/MF: 253.196.728-10


Nome: Luciana Felogi
RG: 16.457.153-X SSP/SP
CPF/MF: 261.724.858-57

F:\CLIENTES\0422\000\escritura_2003_emissão pública_vf_300903.doc



Velloza, Girotto e Lindenbojm
Advogados Associados